

IX FÓRUM DE COORDENADORES E PROFESSORES DO CAMPO DE PÚBLICAS

Brasília, 11 e 12 de abril de 2013.

RELATÓRIO FINAL

1º DIA - 11 de abril de 2013:

MANHÃ

- Profa. Suylan faz a abertura do encontro, destacando que este é um momento histórico de conquistas para o campo, que este fórum tem um peso político, por ter um foco maior nas DCN. Ressaltou a presença de 16 representações de IES, conforme lista de participação em anexo.
- Logo após a abertura do Fórum as professoras Suylan e Magda da UnB e o professor Fernando Coelho da USP relataram os encaminhamentos da Audiência realizada no Conselho Nacional de Educação, em 10 de abril de 2013, com o Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia, atual presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), encaminhamentos esses que nortearam os debates realizados ao longo dos dois dias do encontro e o conteúdo da Carta de Brasília
- Após cada participante se apresentar, o Prof. Fernando Coelho contextualiza o surgimento do movimento em prol das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Lembra que houve muitas mudanças no CNE e no MEC e que por um lado isso é bom para dar novo ânimo na homologação das Diretrizes, mas que também exigirá novos contatos com esses conselheiros para se familiarizarem com o tema e se sensibilizarem com a demanda. O recurso do CFA é o primeiro da história do CNE e foi acordado com o conselheiro que a Carta de Brasília será enviada para ele após término do evento, com o registro das considerações do Fórum sobre a importância das DCNs de Administração Pública
- Prof. Fonseca sugere que a carta seja composta por três ou quatro argumentos que ressaltem o fortalecimento e a expansão do campo e a pertinência das DCNs. Fonseca observa a dificuldade de o CFA retirar o recurso para que tenhamos a aprovação das Diretrizes. Para ele, o recurso deve ser julgado improcedente. Supõe que os argumentos utilizados no recurso é que a Administração Pública é uma área da Administração. As DCNs da Administração Pública enfraquecem o CFA. A carta de Brasília deve ser afirmativa do que somos, ressaltando o caráter acadêmico, temos uma identidade acadêmica, devemos dar um tratamento de cunho histórico e contemporâneo, ressaltando a

importância da gestão pública adequada para o país, dada as transformações operacionalizadas no Estado brasileiro, que tem como marco a Constituição Federal de 1988. Todos os professores concordaram com o Professor Fonseca quando ele ressaltou que os cursos do campo de Públicas foram criados a partir de uma demanda do próprio Estado brasileiro, que para democratizar a gestão das políticas públicas reconheceu a significativa importância do movimento internacional, o qual apresenta novas concepções do que é a gestão das políticas públicas desde a década de 1960/70. O movimento internacional é de profissionalização dos gestores, melhorando o papel, as funções e os serviços dos órgãos públicos a partir de uma visão interdisciplinar.

- No geral, os comentários giraram em torno de serem mencionados os aspectos pedagógicos, como o processo de reconhecimento dos cursos e os exames (ENADE), operacionalmente, destacando a necessidade de avaliação correta dos egressos, para melhoria da qualidade dos cursos; e os aspectos acadêmicos, os quais estavam centrados no debate internacional acerca das políticas públicas e nas especificidades do processo de redemocratização do Estado brasileiro.
- Outro ponto que levou à discussão foi a preocupação sobre os processos de reconhecimento dos cursos, que até o momento, foram, invariavelmente, avaliados por consultores do MEC que não conhecem as características da área pública e não possuem um *background* epistemológico que possa compreender a proposta curricular em análise. Além disso, apesar do edital para novos cadastros estar aberto, o processo de cadastramento é tão exaustivo que inibe novos examinadores.
- Foram discutidas estratégias sobre a reunião no CFA no sentido de que o grupo iria começar abordando o tema da convocação da reunião: a importância do registro profissional para os egressos dos cursos do campo, porém, em seguida apresentaríamos o campo de públicas e suas demandas referentes às DCNs para o campo.

TARDE

- REUNIÃO NO CFA – a reunião ocorreu na sede do CFA, Setor de Autarquias Sul, quadra 1, às 16h. Os participantes foram em ônibus da UnB para o local em quase toda a sua totalidade, estando presentes 16 professores e uma representante estudantil do GPP/UnB. Representando o CFA, a coordenadora da Câmara de Formação Profissional, Sueli Cristina Moraes Alves e o superintendente Douglas Evangelista Neto. Ambos começaram apresentando o CFA e a criação de uma nova Câmara: Gestão Pública, cuja conselheira responsável é Ione Salem, do Rio Grande do Norte. Essa Câmara foi criada no dia 8/3/2013. Falaram da extinção das habilitações da área de administração, mas ao mesmo tempo compreendem que existem várias

áreas, no entanto, todas podem estar contempladas no atual documento das diretrizes nacionais. Depois falaram sobre o registro profissional dos egressos do campo de públicas, com as principais implicações para a concessão do registro, como a questão da carga horária e dos conteúdos dos cursos, que deveriam estar em consonância com a Resolução nº 4/2005, que são as DCNs de Administração. Também assumem que o Conselho não pode ferir a autonomia universitária, em termos acadêmicos. Em seguida, prof. Fernando Coelho relatou o histórico do Campo de Públicas, desde a organização do I Fórum de coordenadores e professores. Foram apresentados também os argumentos sobre as especificidades dos cursos do campo, a necessidade de diretrizes próprias, bem como o reconhecimento de que a inserção dos egressos passa pela emissão de registro profissional, assim como de instrumentos de avaliação (ENADE) condizentes com a realidade dos cursos. Acordamos que enviaríamos por escrito nossos argumentos a partir da elaboração da Carta de Brasília, documento com a síntese das discussões do IX Fórum de coordenadores e professores. Fomos bem recebidos e o tom foi de cordialidade. Foi ressaltada a importância de mantermos um espírito de união em torno das convergências sobre a questão do profissionalismo dos cursos e sua relação com o registro profissional. O mote principal da reunião foi em relação ao registro profissional dos egressos e o que pode ser feito pelas duas partes (CFA e Campo de Públicas) para melhor possibilitar a emissão dos registros.

2º DIA - 12 de abril de 2013

MANHÃ

- A parte da manhã foi utilizada para discutir dois pontos principais: repercussão da reunião com o CFA e os pontos principais para elaboração da carta de Brasília.

CFA

- Em suma, o CFA ressaltou durante a reunião que a área de administração é única, mesmo com algumas modalidades, e anunciou a criação de uma Câmara de gestão pública. Ou seja, foi possível depreender que para eles o encaminhamento aparente seria manter a Resolução 4 (DCN Administração) e acrescentar informações sobre o campo e sobre as novas nomenclaturas, uma vez que durante a reunião eles falaram que essa resolução passaria por revisão. Sobre o registro, pareceu haver acordo sobre possíveis ajustes para garantir a concessão para os egressos dos cursos do campo.

Carta de Brasília

- Entre as ideias discutidas pelo grupo, estão:

Manter a resolução 266 (DCN Administração Pública), porque a Resolução 4 (DCN Administração) não representa os cursos do Campo de Públicas (CP). Tentaríamos a homologação, com a elaboração de adendos posteriormente. Vantagem: o processo já está em andamento. Haveria diálogo com CFA para construir essa proposta e tentar que eles retirem o recurso. Enviaríamos a Carta de Brasília para o CNE e faríamos contato com os conselheiros, ressaltando que o texto da resolução 266 poderia ser melhor trabalhado com adendos para dar mais clareza sobre o campo. Expressar essa proposta na carta de Brasília (que estaria nos adendos). Mostrar as diferenças e virtudes do campo, mas deixar claro que isso pode ser aproveitado pelo CFA, como, por exemplo, o registro dos cursos do CP. A Câmara de gestão pública cuidaria desse aspecto.

Conteúdo para a carta

Inserir na carta; a corresponsabilidade do MEC na regulamentação adequada dos cursos, já que ele os aprovou e permitiu seu funcionamento; a ênfase de que fazemos parte de um movimento acadêmico; não há pretensão de criar outro órgão profissional, os cursos do campo são os formadores dos profissionais que vão atuar, sobretudo na esfera pública; inserção profissional passa pelo CFA, que já vem fazendo isso; cursos de GPP, PP e GS podem ser considerados Campo Conexo, assim como o curso de Turismo; câmara de gestão pública como interlocutora com o CP; ressaltar que o profissional do CP extrapola a atuação do administração; os cursos e os egressos do campo estão sendo penalizados na avaliação do MEC por falta de diretrizes próprias.

TARDE

- a) Leitura e aprovação da Carta de Brasília
- b) Encaminhamentos finais:**

(Retirada de uma Comissão para implementar encaminhamentos elencados abaixo: Suylan, Vitor, Pires, Rodrigo)

- 1- Lutar pelo registro dos alunos dos 5 cursos: GPP, GP, PP, AP, GS junto ao CFA e conselhos regionais.
 - todos os professores do campo de públicas farão contato com os CRAs para tentar a obtenção do registro dos egressos, quando for o caso.
- 2- Sinalizar apoio para as DCNs Administração Pública

CFA – realizar nova reunião com Sueli Moraes Alves para levar a carta (17/4); fazer corpo a corpo com os conselheiros do CFA, primeiramente José Samuel (Câmara Formação Profissional) – tentarão contato Fernando Coelho, Glauco Knopp, Daniela Arcanjo (Daniela vai passar nome de alguém do MA) – e Ione Salem (Câmara Gestão Pública) – Lindijane Almeida ficou de fazer contato com a conselheira em Natal. Encaminhamento geral – conversar sobre a Carta com os conselheiros CFA e regionais.

- 17/4 – Foi realizada reunião no CFA para entregar a Carta de Brasília, com a conselheira federal e diretora da Câmara de Gestão Pública do CFA, Ione Salem, a coordenadora da Câmara de Formação Profissional, Sueli Cristina de Moraes Alves, e o assessor Rodrigo Neves Moura. Como representantes do Campo: Fernando Coelho (USP), Glauco da Costa Knopp (UNIBH), Suylan Midlej (UnB) e Felipe Drumond (FENEAP). Fora a representante da UnB, os professores e estudante estavam em Brasília por ocasião do CONSAD. Foi uma reunião proveitosa. Expusemos o histórico do Campo e discutimos alguns pontos da Carta, sobretudo no tocante ao registro profissional para os egressos dos cursos do Campo e a importância do diálogo contínuo com o Conselho. Como proposta o CFA sugeriu duas adequações para o registro: 3 mil horas mínimas para os bacharelados e as horas necessárias aos cursos tecnológicos; e em relação ao conteúdo, correlação com as DCNs dos cursos de Administração (2005). O CFA apresentou também proposta futura, a ser amadurecida pelas duas partes: incluir mais uma denominação no registro para o conjunto dos cursos. A primeira ideia apresentada por eles foi Gestor Público. Ficamos de levar a proposta para o Campo, amadurecer e discutir depois. Outros assuntos foram discutidos de forma geral com a ideia de se avançar no diálogo entre Campo e CFA. Os outros assuntos da carta não foram comentados.

- 23/4 – Foi realizada reunião com a conselheira federal do CFA Ione Salem, no CRA, em Natal/RN, com participação da professora Lindijane Almeida e do professor Alan Lacerda, do GPP da UFRN. Segundo Lindijane, os dois pontos acordados com os professores presentes na reunião realizada no dia 17/04, em Brasília, sobre o registro profissional foram ressaltados pela Conselheira, mas a mesma colocou que para o CFA é importante que as DCNs de Administração passem por uma revisão que contemple a demanda do Campo de Públicas e não propriamente a existência de outras diretrizes. De acordo com a conselheira, a Câmara de Gestão Pública e de Formação Profissional estão estudando o conteúdo da Carta de Brasília, entregue no dia 17 de abril, e no futuro responderá com uma posição.

CNE – entregar carta Gilberto Gonçalves (reunião em maio). Teor da conversa com conselheiros CNE – 1ª vez que há um recurso contra uma homologação, pressão profissional e não acadêmica; autonomia universitária.

- agendamento de reunião com o conselheiro (Suylan fará agendamento. As datas previstas são 8/5 ou 5/6).

- corpo a corpo com os conselheiros (do dia 20/4 a 9/5) triagem – conselheiros antigos (Fernando e Magda passarão lista), ver quem do campo pode ajudar neste corpo a corpo.

3 - avançar nas discussões acadêmico-científicas sobre o campo de públicas, com pauta principal para o X Fórum, durante Eneap. Retomar discussão sobre a sustentabilidade do campo de públicas.

Relatório compilado por Patrícia Vendramini (UDESC), Suylan Midlej (UnB) e Lindijane Almeida (UFRN) em 29/4/2013.

ANEXO

LISTA DE PARTICIPANTES

IX Fórum de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas**Universidade de Brasília (UnB)****11 e 12 de abril de 2013**

IES	Curso de Graduação	Participante
1. EACH-USP	Gestão de Políticas Públicas	Fernando Coelho
2. EAESP-FGV	Administração Pública	Fernando Abrúcio
3. ESAG-UDESC	Administração Pública	Patrícia Vendramini
4. FJP – MG	Administração Pública	Maria Isabel Rodrigues
5. UNIFAL	Administração Pública	Luiz Antonio Staub Mafra
6. UFABC	Políticas Públicas	Vitor Marchetti
7. UFBA	Administração Pública	Denise Ribeiro
8. UFLA	Administração Pública	Dany Flávio Tonelli
9. UFPB	Tecnologia em Gestão Pública	Maria Daniella de Oliveira
10. UFPR	Gestão Pública	Rodrigo Horochovski
11. UFRB	Tecnologia de Gestão Pública	Edilson Tavares de Araújo
12. UFRN	Gestão de Políticas Públicas	Lindijane de Souza Almeida
13. UFRS	Políticas Públicas	Luciana Lima
14. UNB 15. UNB 16. UNB	Gestão de Políticas Públicas	Magda Lúcio (coordenadora) Leonor Câmara Suylan Midlej
17. UNESP	Administração Pública	Sergio Fonseca
18. UNIBH	Graduação Tecnológica em Gestão Pública	Glauco da Costa Knopp